

# ULTRALIBERALISMO NO BRASIL: UM BALANÇO CRÍTICO

Richelly Barbosa de Medeiros<sup>1</sup>  
Hildemar Luiz Rech<sup>2</sup>

## Resumo:

Este estudo investiga as dimensões da crise econômica, política e cultural que culminaram na ascensão da extrema direita reacionária e na implementação de uma agenda ultraliberal regressiva no Brasil (2014-2022), alicerçada no ajuste fiscal permanente, nas contrarreformas, na superexploração do trabalho e no contracionismo em relação aos gastos sociais com políticas públicas. Para tanto, avaliou-se a crise estrutural do capitalismo contemporâneo, de 2007/2008, e suas repercussões de longo prazo no Brasil, ressaltando a conjuntura na qual emergiu o recente projeto de aprofundamento da estratégia neoliberal, que ampliou a disputa pelo fundo público e, como será demonstrado, o desfinanciamento da política de Educação Superior e de Ciência & Tecnologia no país. Este estudo apresenta resultados parciais de tese de doutorado, submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFC. O levantamento de dados ocorreu em parceria com o Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social da UECE. A metodologia consistiu em uma revisão de literatura, acompanhada de levantamento de dados em fontes primárias e secundárias. Em síntese, foi possível identificar três fases do ultraliberalismo no Brasil: no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff (esquerda), na gestão de Michel Temer (direita) e no governo de Jair Bolsonaro (extrema direita reacionária). Resguardadas todas as suas particularidades, o ultraliberalismo pôs em prática uma agenda draconiana de espoliação das rendas do trabalho e de rebaixamento das condições de vida da população.

**Palavras-chave:** Ultraliberalismo. Extrema-direita Reacionária. Bolsonarismo. Fundo público. Financiamento da educação.

## ULTRALIBERALISM IN BRAZIL: A CRITICAL ASSESSMENT

295

## Abstract :

This study investigates the dimensions of the economic, political, and cultural crisis that culminated in the rise of reactionary far-right politics and the implementation of a regressive ultraliberal agenda in Brazil (2014-2022), grounded in permanent fiscal adjustment, counter-reforms, the superexploitation of labor, and contractionism regarding social spending on public policies. To this end, the structural crisis of contemporary capitalism, from 2007/2008, and its long-term repercussions in Brazil were assessed, highlighting the context in which the recent project to deepen the neoliberal strategy emerged, which expanded the dispute over public funds and, as will be demonstrated, the disinvestment in Higher Education and Science & Technology policies in the country. This study presents partial results of a doctoral thesis submitted to the Postgraduate Program in Education at UFC. The data collection was conducted in partnership with the Center for Studies on Labor and the Ontology of Social Being at UECE. The methodology consisted of a literature review, followed by data collection from primary and secondary sources. In summary, it was possible to identify three phases of ultraliberalism in Brazil: at the end of Dilma Rousseff's first term (left-wing), during Michel Temer's administration (right-wing), and under Jair Bolsonaro's government (reactionary far-right). Despite all its particularities, ultraliberalism implemented a draconian agenda of labor income expropriation and a reduction in the population's living conditions.

**Keywords:** Ultraliberalism. Reactionary Far-Right. Bolsonarism. Public Funds. Education Funding.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará (UFC), mestre em Serviço Social, Trabalho e Questão Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Vice-coordenadora e pesquisadora do Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (CETROS), Laboratório Acadêmico da UECE. Assistente Social da UFC. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8243-7331>. E-mail: richellybarbosa@ufc.br.

<sup>2</sup> Doutor em Ciências Sociais pelo IFCH da UNICAMP, SP, com estágio doutoral (como Visiting Researcher) na Universidade de Manchester, Inglaterra; Pesquisador e Professor Associado IV no Departamento de Fundamentos da Educação e na Linha de Pesquisa de Filosofia e Sociologia da Educação no Programa de Pós-Graduação em Educação, FAGED-UFC. Orcid: <http://orcid.org/0000-0002-5825-1887>. E-mail: hluizrech@gmail.com.

## INTRODUÇÃO

Este artigo consiste na exposição parcial de resultados apresentados em tese de doutorado, submetida ao Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira (PPGE) da Universidade Federal do Ceará (UFC) (Medeiros, 2024). A pesquisa foi desenvolvida em parceria com o Centro de Estudos do Trabalho e Ontologia do Ser Social (Cetros), Laboratório Acadêmico da Universidade Estadual do Ceará (UECE). O objetivo deste estudo consiste em investigar as dimensões da crise econômica, política e cultural que culminaram na ascensão da extrema direita reacionária e na implementação de uma agenda ultraliberal regressiva no Brasil (2014-2022), alicerçada no ajuste fiscal permanente, nas contrarreformas, na superexploração do trabalho e no contracionismo em relação aos gastos sociais com políticas públicas.

Entende-se que a crise estrutural do capital de 2007/2008, que teve início no setor imobiliário norte-americano, desafiou o equilíbrio econômico alcançado pela estratégia neoliberal. Essa conjuntura revelou contradições profundas da política neoliberal e da expansão do capital fictício como mecanismos de valorização do capital no capitalismo contemporâneo, pavimentando o caminho para a radicalização das políticas neoliberais – *ultraliberalismo*.

De acordo com Mészáros (2002), o capital, em resposta à crise de 1960/1970, teria esbarrado em seus próprios limites absolutos, impedindo o deslocamento espaço-temporal de suas contradições mais explosivas no âmbito do sistema, que se torna incapaz de corrigi-las à altura necessária. Essa complexificação vem estreitando as estratégias de recuperação do capital, à medida que novas contradições surgem e se acumulam a cada solução aplicada. Como efeito, esclarece, a crise de 1960/1970, teria se explicitado por ser universal, pelo alcance global e contínua escala de tempo; e por ocorrer de modo rastejante ou permanente.

Para Carcanholo (2018, p. 24), “[...] crise estrutural, para ser preciso, significaria que o capitalismo, para reconstruir as bases de um novo processo de acumulação de capital subsequente, estaria obrigado a modificar radicalmente as bases do processo de acumulação que o caracterizaram até aquele momento”. Ao transformar o mundo em uma grande feira comercial, o capital foi encontrando espaços para revolucionar suas forças produtivas, precipitando, a partir de 1960/1970, uma nova era, ainda que não tenha sido acompanhado com a mesma intensidade de antes pela expansão horizontal dos mercados (Carcanholo, 2018).

Desse modo, quando estruturais, as crises do capital requerem a construção de novos padrões de acumulação, a fim de que seja possível lidar com a complexidade das novas

determinações impostas em relação às condições pré-existentes. A crise estrutural de 1929 fundamentou a reorganização do capitalismo sob os paradigmas do taylorismo/fordismo e na atuação estatal de ordem keynesiana. Por sua vez, as respostas à crise global de 1960/1970 se deram a partir da incorporação do toyotismo e do neoliberalismo, que surgem como eixos norteadores do sistema produtivo e da atuação do Estado. Já a crise estrutural iniciada em 2007/2008 (ainda em curso, conforme será argumentado neste artigo), vem sendo administrada pela lógica do aprofundamento neoliberal e por novas formas, em patamar mais elevado, de desregulamentação do trabalho e de espoliação dos trabalhadores.

O termo *ultraliberalismo* utilizado neste artigo equivale ao conceito *ultraneoliberalismo* empregado por Berhing (2021). Apesar de etimologicamente distintos quanto à palavra, ambos são sociologicamente utilizados para caracterizar a vertente mais radical do neoliberalismo. Essa radicalização vem sendo adotada por diversos países do mundo, com vistas a dar respostas aos efeitos de longo prazo da crise de 2007/2008 – a primeira crise estrutural do capitalismo contemporâneo, conforme Carcanholo (2018). A referida estratégia vem apostando, para recompor o crescimento do capital, em aprofundar a desregulamentação dos mercados, o ajuste fiscal, a privatização das estatais e a espoliação das rendas do trabalho. Isso, ao mesmo tempo em que amplia a apropriação do fundo público pelo capital e corta dramática e igualmente os investimentos sociais, sobretudo em saúde e educação.

Na perspectiva de Paulani (2021), considera-se ultraliberalismo a versão plena de desenvolvimento do próprio projeto neoliberal, que teria encontrado na conjuntura atual as condições para pôr em prática o seu potencial máximo de destruição, a fim de transformar todos os bens sociais em mercadoria, sonho dos pensadores neoliberais como Friedrich August Von Hayek. Consoante Bobbio (1998, p. 87), o neoliberalismo é uma “[...] doutrina econômica consequente, da qual o liberalismo político é apenas um modo de realização, nem sempre necessário; ou, em outros termos, uma defesa intransigente da liberdade econômica, da qual a liberdade política é apenas um corolário”. Bianchetti esclarece o seguinte:

[...] o renascer do liberalismo econômico, na década de [19]70, não é resultado de um descobrimento econômico, senão de novas condições histórico-sociais, que permitem a construção de um novo bloco histórico, para o qual o modelo monetarista se adapta melhor às atuais necessidade de acumulação (1975) da obra *O caminho da servidão*, na qual Hayek afirma: ‘O estado previdenciário em grande parte substitui o socialismo como objetivo dos reformadores’ (Hayek, 1987), com o qual lança o slogan da contrarrevolução liberal-conservadora. (1997, p. 34).

A sistematização do pensamento liberal clássico para o século XX, que teve como seus principais expoentes inspiradores Von Hayek (da Escola Austríaca de Economia) e Milton

Friedman (da Escola de Chicago), consiste na reatualização do liberalismo como estratégia ideológica e forma de recuperação do sistema de acumulação capitalista em uma época histórica viável. O neoliberalismo pode ser compreendido como a reatualização do projeto estratégico liberal. Segundo o uso original da palavra pelo próprio Hayek, em *O caminho da servidão* (1990, p. 14): “Há, porém, uma questão de terminologia sobre a qual devo aqui dar uma explicação, a fim de prevenir mal-entendidos. Uso ao todo momento a palavra liberal [...]”.

O ultraliberalismo trata-se, portanto, de um liberalismo radical, para além do neoliberalismo tradicional, pois objetiva pôr em prática, plenamente, o seu projeto de destruição (Paulani, 2021), sem qualquer valor ético em torno dos conceitos de justiça social e liberdade. A liberdade é defendida na ótica do mercado. “[...] As liberdades que ele [o Estado neoliberal] encarna refletem os interesses dos detentores da propriedade privada, dos negócios, das corporações multinacionais e do capital financeiro [...]”, destaca Harvey (2014). Em resposta à crise de 2007/2008, observou-se, mundo afora, uma radicalização dessa lógica (no plano econômico), alinhada ao reacionarismo político.

No plano econômico, estamos diante da retomada ortodoxa e destrutiva da lógica do mercado e, no plano político, lidamos com governos extremistas e reacionários na ofensiva contra trabalhadores e contra grupos minorizados. A exemplo, a liderança de Donald Trump nos Estados Unidos (2017-2021), de Erdoğan (2014-atual) na Turquia, Narendra Modi na Índia (2014-atual), de Giorgia Meloni na Itália (2022-atual) etc. Já na América Latina, a onda progressista dos governos de esquerda (com Lula da Silva e Dilma Rousseff no Brasil; Néstor e Cristina Kirchner na Argentina; Rafael Correa no Equador; Evo Morales na Bolívia; Daniel Ortega na Nicarágua; e Hugo Chávez na Venezuela) foi seguida, quase plenamente, por governos ultraliberais reacionários.

Uma nova onda ganhou os governos latinos, em oposição à onda progressista: *a onda ultraliberal reacionária*, agravando a transferência de recursos das economias periféricas para as economias centrais e aprofundando a exploração e espoliação da força de trabalho. Ela foi inaugurada pelo governo de Mauricio Macri (Argentina, 2015-2019), por Sebastián Piñera (Chile, 2010-2014 e 2018-2021), Jair Bolsonaro (Brasil, 2019-2022), Jeanine Áñez (Bolívia, 2019-2020) e Guillermo Lasso (Equador, 2021-atual). Com maior ou menor tintura reacionária, o que ocorreu foi a ofensiva do Estado sobre o trabalho, estratégia fundamental adotada para mitigar os efeitos negativos da crise econômica e recobrar os privilégios das elites.

Em suma, em relação ao *ultraliberalismo*, esses governos destacaram-se pela forma draconiana e aprofundada com que implementaram cortes sociais nas políticas públicas, pela

espoliação das rendas do trabalho, bem como por aprofundar a liberalização, a austeridade, as privatizações, a desnacionalização, a desindustrialização, a desregulamentação e a flexibilização do trabalho. Embora essa agenda tenha sido aplicada pelo mundo também por governos de esquerda, como na Grécia, após a crise de 2007/2008, sob o governo de Alexis Tsipras do partido Syriza (Coalizão da Esquerda Radical), de 2015 a 2019; ela ganha maior protagonismo nos governos da extrema-direita reacionária, ainda que o pacote econômico da austeridade fiscal e dos cortes sociais não tenha ficado restrito a essas lideranças.

Não obstante, será analisado, no caso brasileiro, além do governo reacionário de extrema direita de Jair Bolsonaro (2018-2022), os governos anteriores, no horizonte da crise estrutural do capital, que foi sentida de forma mais extenuante no país a partir de 2014/2015. Identifica-se que o ultraliberalismo desponta na gestão de Dilma Rousseff, já em resposta aos efeitos da crise do *boom das commodities* e da desaceleração chinesa, conduzindo o país ao abandono da Nova matriz econômica desenvolvimentista (NME) e do projeto progressista. Essa conjuntura se impôs, forçando uma guinada à direita da estratégia de conciliação de classes do Partido dos Trabalhadores (PT), em um contexto de intensas pressões políticas e de crescimento do movimento antipetista.

A análise conjunta das dimensões econômica, política e cultural da crise brasileira possibilitou desnudar a urgência do capital em avançar, de modo ágil, extenso e profundo no ultraliberalismo. Desse modo, essa estratégia apresentou-se como alternativa viável ao capital, em face da necessidade de aceleração da agenda regressiva em curso. O golpe político, jurídico e midiático que depôs a presidente Dilma Rousseff e que daria oportunidade para a implantação do projeto *Uma ponte para o futuro*, do PMDB (2015), selou, portanto, uma nova fase draconiana de contrarreformas, privatizações e contracionismo estatal. Michel Temer, em curto prazo de tempo, pôs em andamento parte das medidas mais graves do ultraliberalismo, como as contrarreformas trabalhista e sindical, a Lei da Terceirização, a PEC da Morte (EC 95/2016), a PEC da Desvinculação de Receitas da União (DRU) (EC 93/2016) e o Programa de Parcerias do Investimento (PPI), que regulamentou e facilitou as privatizações.

Em seguida, com as eleições de 2018, uma nova conjunção de fenômenos sociais e econômicos se anunciou no horizonte do ultraliberalismo. Uma espécie de Donald Trump à brasileira, ganhou o cenário eleitoral nacional com narrativas anti-humanistas, alusivas à tortura, à ditadura militar, aos preconceitos e às discriminações. A hecatombe Jair Messias Bolsonaro (PL), uma figura caricaturesca a serviço do capital, fez ressurgir o anti-humanismo, que, à espreita, interagiu com a nossa herança colonial, escravista e patriarcal; e com a

racionalidade de mundo neoliberal (Dardot e Laval, 2016) – formas totalizadoras de reprodução social. Sua vitória nas urnas colocou em movimento, de 2019 a 2022, a terceira fase ultraliberal no Brasil.

A discussão sobre a caracterização de governos reacionários como fascistas ganhou o debate acadêmico recente. Embora este artigo não se aprofunde no tema, é relevante destacar que ele se refere à prática de condutas fascistas, notadamente adotadas por líderes como Jair Messias Bolsonaro, em benefício do capital. As teorias acerca do neofascismo, definido neste estudo como reacionarismo, examinam um ciclo no qual, quanto mais o neoliberalismo se alinha à lógica do mercado, mais evidencia suas nuances antidemocráticas. Para Behring (2021, p. 241), “[...] não se trata da irracionalidade feroz da natureza humana, mas do fascismo do século XXI, o neofascismo, do qual as classes dominantes lançam mão para assegurar a propriedade privada e o lucro [...]”.

Exposta essa breve síntese, pretende-se, nesta pesquisa, investigar: como a crise econômica e os conflitos de forças políticas e culturais resultaram na ascensão da extrema-direita reacionária no Brasil e na implantação do ultraliberalismo? Além disso, busca-se analisar a evolução do financiamento, pelo Governo Federal, da política de Educação Superior e de Ciência & Tecnologia, demonstrando o impacto negativo do projeto de austeridade fiscal ultraliberal sobre as políticas sociais.

Este estudo é de natureza quanti-qualitativa, no que diz respeito à abordagem, e é exploratório, quanto ao objetivo. O desafio consistiu na abordagem da dinâmica mesma do objeto, da sua dialética. De acordo com Kosík (2002, p. 34), a apreensão dos fenômenos sociais que circunscrevem um objeto envolve conhecer o movimento da coisa em si, da substância que “[...] é o movimento da coisa ou a coisa em movimento [...]”. Essa relação só é possível partindo da aparência à essência das coisas, investigando a realidade como um todo indivisível, no qual reside o movimento da totalidade para as contradições e das contradições para a totalidade.

Sobre a investigação da realidade brasileira, destacaram-se as pesquisas de Saad Filho e Moraes, em *Neoliberalismo versus Democracia* (2018), de Perry Anderson, em *Brasil à parte (1964-2019)* (2020), e de André Singer, *O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma* (2018) e *Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador* (2012). Além desses, os estudos de Leda Paulani, Elaine Behring, Luiz Fernando Reis e Epitácio Macário balizaram as análises apresentadas. Quanto aos dados empíricos, foram relevantes os gráficos de Reis (2024) acerca do financiamento do Governo Federal em relação às políticas de

Educação Superior e de Ciência & Tecnologia, produzidos no Grupo de Estudos e Pesquisas em Política Educacional e Social - GEPPES (Unioeste/CNPq).

Com base nos achados teóricos e nas reflexões críticas adensadas pelo levantamento empírico desenvolvido no percurso metodológico, este artigo está estruturado em três tópicos. No primeiro – *A crise estrutural do capital de 2007/2008 e o ultraliberalismo no Brasil*, serão apresentadas as principais características da crise estrutural do capitalismo contemporâneo. A crise será analisada quanto à sua repercussão de longo prazo nos países emergentes, como o Brasil. No tópico seguinte – *A extrema direita reacionária e ultraliberal*, serão destacadas as medidas desencadeadas pelos governos ultraliberais em suas três fases, com ênfase no governo da extrema direita reacionária e no caráter autocrático da burguesia nacional. Por fim, no último tópico – *Fundo público no ultraliberalismo e o (des)financiamento da política de Educação Superior e de Ciência & Tecnologia no país*, será abordada a disputa pelo fundo público, o endividamento público, a tributação regressiva e o impacto da austeridade fiscal sobre o direito à educação superior e à ciência e tecnologia no Brasil.

## A CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL DE 2007/2008 E O ULTRALIBERALISMO NO BRASIL

301

Em resposta à crise das décadas de 1960/1970, o capitalismo contemporâneo promoveu a expansão dos mercados, intensificando a liberalização financeira e alterando a lógica de acumulação do capital, em conformidade com as determinações do capital fictício (Carcanholo, 2018). Carcanholo (2018) ressalta que a categoria “capital fictício” só pode ser compreendida na perspectiva do que Marx denominou como *autonomização/substantização*. Isso significa que as formas de circulação do capital – suas configurações – adquirem relativa autonomia de funcionamento, exercendo lógica própria na manifestação de suas formas e conteúdos, de maneira dialética.

Não por acaso, o capital fictício, por meio de bancos, seguradoras, fundos de pensão, fundos de investimento e outras empresas do setor financeiro, foi capaz de ampliar desmedidamente suas operações, atingindo um patamar de risco que desestabilizou toda a economia global com a crise de 2007/2008, iniciada no setor imobiliário norte-americano. O crescimento do capital fictício, acelerado de forma exponencialmente maior que o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) dos países, da dinâmica produtiva e das trocas comerciais, colocou o capitalismo diante de um fenômeno mundial de expansão disfuncional quanto à acumulação do capital total, destaca Carcanholo:

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 35	Setembro - Dezembro 2024	p. 295 - 316
--------------------------	--------	-------	--------------------------	--------------

Essa lógica de crescimento do capital fictício [por meio de instrumentos financeiros que nada mais são que títulos que garantem ao proprietário a apropriação de um valor que ainda não foi produzido] não implica apenas funcionalidade para o capital total, uma vez que ele, por sua constituição, não participa diretamente da produção do valor. Portanto, o seu crescimento significa a expansão de títulos de apropriação sobre um valor não necessariamente produzido na mesma proporção. Quando uma massa crescente do capital se especializa na mera apropriação de valor, e esse não é produzido na mesma magnitude, prevalece a disfuncionalidade do capital fictício para o modo de produção capitalista. Esta dialética do capital fictício permite-nos entender de algum modo, o capitalismo contemporâneo. [...] A nova crise estrutural do capitalismo [2008], nesta passagem do século XXI, se explica justamente pelo domínio da disfuncionalidade da lógica do capital fictício para a acumulação do capital total; ou seja, as raízes da atual crise do capitalismo são encontradas nas contradições próprias do capitalismo, aprofundadas pela sua dinâmica de apropriação contemporânea (2018, p. 27-28).

É importante salientar que a crise estrutural – iniciada nos Estados Unidos em 2007/2008, a partir das especulações ocorridas no setor imobiliário com os subprimes – evoluiu ao longo do decênio subsequente (Tonelo, 2021), deslocando-se dos países centrais para os periféricos. No Brasil, em particular, como aconteceu em outros países emergentes (incluindo nações avançadas mais frágeis, as emergentes e as do Sul global), os efeitos dessa crise foram sentidos de forma mais intensa a partir de 2014/2015, sobretudo com a crise do *boom das commodities* e com a desaceleração chinesa (Tonelo, 2021). Isso se deve à importância da China nos acordos bilaterais de compra de bens primários de baixo valor agregado, grande parte produzida por países periféricos, como os da América Latina. No caso do Brasil, desde 2010, a China se tornou o seu principal parceiro comercial, superando as vendas de bens primários para os Estados Unidos.

A referida crise evidenciou as seguintes contradições no contexto do capitalismo contemporâneo: 1) a falência neoliberal em prevenir e solucionar os problemas macroeconômicos; 2) a instabilidade econômica após a expansão global do capital fictício; 3) as desvantagens dos países periféricos nessa dinâmica; e 4) o grau de fragilidade das democracias burguesas com o avanço ultraliberal. No âmbito dessas contradições, Tonelo (2021) chama a atenção para a franca desigualdade de condições entre as nações no enfrentamento das crises, em que determinadas potências possuem maior capacidade financeira para salvar empresas e bancos, enquanto tais efeitos explodem com maior intensidade em países mais frágeis. Outro fenômeno que se adensou foi o fato de a recessão ter sido marcada por outros danos que se tornaram mais complexos. Um deles diz respeito justamente às consequências que se seguiram à aplicação dos volumosos recursos estatais em instituições do



capital durante os mais intensos efeitos da crise, alargando o saldo devedor das nações – suas dívidas públicas.

É relevante destacar que, segundo Carcanholo (2018), o neoliberalismo pode ser implementado por meio de políticas econômicas mais ou menos ortodoxas ou heterodoxas, conforme as exigências da conjuntura e as necessidades do padrão de acumulação de capital. Assim, diante do primeiro impacto da crise estrutural do capital no Brasil, em 2007/2008, o governo do PT, sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva, geriu a recessão combinando ajuste fiscal com o crescimento dos investimentos sociais, visando criar condições para o crescimento econômico por meio da inclusão dos pobres pela via do consumo, do acesso ao crédito e aos bens culturais.

Esse processo se efetivou em um contexto de crise contrabalanceado por uma conjuntura externa favorável ao país, caracterizada pelos altos preços das *commodities*, que marcaram o período de 2005 a 2011. Essa fase possibilitou que os governos progressistas brasileiros (durante o primeiro e segundo mandatos de Lula e de Dilma Rousseff) investissem, além de liberar parcelas significativas do fundo público para financiar o investimento privado, em políticas de conciliação de classes, com o objetivo de manter certo equilíbrio econômico e social. Paralelamente, ajustaram-se os mecanismos de liquidez financeira, favorecendo amplamente o capital rentista – característica que, de acordo com Carcanholo (2018), reflete claramente uma política neoliberal.

Na bonança das *commodities*, no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014), interesses por vezes contraditórios foram positivamente conciliados. Nesse ciclo, o governo de Dilma Rousseff optou por desenvolver o mercado interno, os bens e serviços e incentivar a industrialização nacional. Essas foram as medidas anticíclicas da Nova Matriz Econômica (NME) desenvolvimentista, cujos resultados, inicialmente, foram exitosos em benefício de frações de classe do capital nacional, em oposição a outras medidas que foram de encontro aos interesses do capital financeirizado – ligados à internacionalização, como o enfrentamento de Dilma Rousseff e do Ministro da Fazenda, Guido Mantega, aos *spreads* bancários<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> *Spreads bancários* referem-se à diferença entre a taxa de juros que os bancos cobram ao conceder empréstimos e a taxa de juros que pagam aos depositantes ou investidores. Em outras palavras, é a margem de lucro que os bancos obtêm nas operações de crédito. O Brasil é conhecido por ter *spreads* bancários historicamente elevados em comparação a outros países. Isso se deve a fatores como altos índices de inadimplência, carga tributária elevada, falta de competição no setor bancário e Ineficiências estruturais no sistema financeiro.

Ao *cutucar as onças* (os bancos privados), como destaca Singer (2018), a presidenta gozava de ampla popularidade, em um contexto de boas expectativas econômicas. Reduzir as taxas de juros, desvalorizar o real e diminuir as despesas com energia e transporte eram medidas necessárias para reduzir o custo de produção, criar oportunidades de produtividade, captar investimentos privados e fomentar o consumo baseado no crédito pessoal (Saad Filho e Morais, 2018). Essa agenda alinhava-se, concretamente, às exigências da burguesia nacional. Isso, de tal modo, consoante Saad Filho e Morais, que a Agenda Fiesp, mais poderosa organização empresarial do país, regia a sua pauta.

Como resultado, a NME reduziu as taxas de juros com a política monetária em curso pelo Banco Central. A taxa Selic alcançou 7,16%, em 2012. Decréscimo de 8,24%, se mantendo assim até maio de 2013 (Filho e Morais, 2018). Quanto às taxas de juros reais, Dilma Rousseff atingiu a menor redução desde 1992. Essa política, para ampliar a competitividade das empresas nacionais, “[...] visava reduzir o ingresso de capital estrangeiro especulativo, desvalorizar a moeda e diminuir os custos do crédito. Buscava-se, assim, promover os investimentos e o consumo privados, em vez de recompensar a especulação financeira” – destacam Saad Filho e Morais (2018, p. 173).

As medidas anticíclicas, todavia, puseram em marcha contradições que foram se avolumando até se somarem ao fim do *superciclo das commodities* e à crise política que passou a assolar o governo do PT desde as jornadas de junho de 2013. Um dos exemplos da turbulência, em oposição à forte popularidade de que Dilma gozava no início de 2013, foi a disputa acirrada das eleições presidenciais de 2014 e a mudança de rota da presidenta eleita, inclinando-se à implementação da agenda de reformas propostas pelas forças conservadoras, tendo em vista o franco desgaste que a NME vinha sofrendo. Sua aprovação, segundo dados do Ibope, ao final de 2013, havia caído 24 pontos percentuais, passando de 50% para 31%, conforme pesquisa encomendada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Assim, ao final do primeiro mandato de Dilma Rousseff, em 2014, já era possível identificar uma inclinação ao abandono da NME e à adoção de ajustes ortodoxos como resposta à crise econômica e às pressões políticas da direita.

Assim como aconteceu nas economias avançadas em 2010/2011 (Tonelo, 2021), no Brasil a ortodoxia neoliberal almejava solucionar a crise econômica com contrarreformas arrojadas, em cujo cenário vigoravam a alta inflacionária, o crescimento do desemprego e a meta do arrocho fiscal, que recairia duramente sobre a classe trabalhadora brasileira. Em janeiro de 2016, portanto, avançavam a passos largos as ofensivas agressivas da mídia e da oposição

ao governo Dilma Rousseff. As retrospectivas de 2015, veiculadas pela mídia brasileira, buscavam consolidar a ideia de que o ano anterior havia sido desastroso na área econômica e apostavam no fracasso de sua reversão.

O contexto de alta inflação, a queda na arrecadação pública decorrente da crise das *commodities*, a instabilidade política com ataques midiáticos ostensivos e a perseguição, por vezes declarada, da operação Lava Jato contra Dilma e Lula impunham graves dificuldades econômicas e políticas à presidente eleita no início de seu segundo mandato, em 2015. Nesse cenário, durante o segundo mandato, Rousseff abandonou a guinada à esquerda, visando não apenas recompor suas bases (Saad Filho e Morais, 2018), mas também solucionar, com austeridade fiscal, a crise econômica, abrindo mão da conciliação de classes no governo.

Decerto que, como um “eficiente” Estado capitalista, não houve prospecção em cobrar do capital impostos mais altos, o que foi imediatamente rejeitado pela crescente onda de protestos contra o governo, que fortalecia a oposição em pautas dessa natureza. Como solução, implementou-se o aumento dos preços e tarifas das estatais, como gasolina, eletricidade, água etc.; crescimento da inflação devido às oscilações da taxa de câmbio e contração dramática do PIB. “À medida que a economia implodia, as taxas de juros subiam e a renda tributária caía acentuadamente. O déficit fiscal e a relação entre as Despesas Primárias do Governo (DPI) e o PIB aumentaram, apesar da contração fiscal [...]” (Saad Filho e Morais, 2018, p. 233).

Saad Filho e Morais resgatam também que se tornou imperativo para o governo do PT, de Dilma Rousseff, a partir de 2015, implantar grave austeridade fiscal nas contas públicas:

Houve cortes em gastos públicos, investimentos, serviços, e, em seguida, em aposentadorias e benefícios para desempregados. Esses cortes se revelaram perigosamente parecidos com aqueles que o PT havia sugerido que o opositorista do PSDB [Aécio Neves] imporia caso vencesse as eleições. A mudança de política, no entanto, chegou tarde demais – o capital vinha exigindo uma estratégia contracionista havia pelo menos quartos anos – e incluía exceções relevantes, como a preservação de direitos e programas sociais grandes e simbolicamente importantes, entre eles o Bolsa Família o Minha Casa Minha Vida (Saad Filho e Morais, 2018, p. 233).

Desse modo, o “[...] governo repetiu o discurso neoliberal de que o setor público havia se tornado ‘muito grande’ e ‘muito intervencionista’ e os programas sociais estavam ‘caros demais’” (Saad Filho e Morais, 2018, p. 233). Não por acaso, no segundo mandato de Rousseff, a substituição de Guido Mantega por Joaquim Levy (de trajetória profissional ligada ao setor bancário) no Ministério da Fazenda, assim como na direção do Banco Central (BC), indicava os agressivos ajustes que estavam por vir, com foco no corte de gastos sociais e na política contracionista do BC, em desacordo com o que a presidenta havia prometido na

campanha eleitoral aos brasileiros. As medidas anticíclicas anunciadas inauguravam o ultraliberalismo, inviabilizando qualquer conciliação de classes para acomodar os interesses do capital diante da recessão global e de suas repercussões no Brasil.

A primeira fase do ultraliberalismo no Brasil, protagonizada pelo governo do PT, portanto, não se furtou à implementação de um duro ajuste fiscal, já em curso desde o final de 2014, com contração dos investimentos, retração dos gastos com pessoal, cortes sociais e contingenciamentos. Lembremos, inclusive, do veto à auditoria da dívida, das contrarreformas no acesso ao seguro-desemprego (Lei 13.134/2015) e no acesso às pensões (Lei 13.135/2015), bem como da lei antiterrorismo (Lei 13.260/2016).

Com o avanço da crise econômica, analisa Carcanholo (2018), as forças políticas conservadoras já não necessitavam de acordos com o bloco do governo. No campo dos defensores da ortodoxia neoliberal, estavam dadas as condições para a deposição de Dilma Rousseff e a implementação, de maneira mais ágil, intensa e integral, da agenda regressiva ultraliberal. Essa agenda foi, em grande parte, apresentada ao setor econômico por meio do programa intitulado *Uma Ponte para o Futuro*, elaborado pelo então vice-presidente Michel Temer (PMDB), em outubro de 2015, quando se evidenciavam os efeitos mais graves da crise econômica no país.

No referido documento, lançado pela Fundação Ulysses Guimarães e pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sobressaíram-se as privatizações, o ajuste fiscal, a defesa intransigente do tripé macroeconômico, a desvinculação constitucional dos gastos em saúde e educação, o aumento do grau de espoliação do trabalho por meio das contrarreformas trabalhista e previdenciária (PMDB, 2015), bem como outras medidas ultraliberais. Conforme Carcanholo (2015), o interesse do capital, seja ao fazer uso de medidas heterodoxas ou ortodoxas, consiste na busca pela estabilização macroeconômica. No caso do projeto pmdbista ultraliberal, isso se daria pelo aprofundamento da liberalização, da desregulamentação e da abertura de mercados, com amplos processos de privatização, redução dos gastos sociais e superexploração do trabalho.

Para Paulani (2021), sempre fez parte dos anseios capitalistas completarem, de fato, a devastação programada pelo neoliberalismo, em função da total aniquilação do Estado social. A autora afirma que, para além das questões políticas partidárias (e querelas), em 2016, o golpe político, partidário e midiático lançou no horizonte o que teria se iniciado em 1990. Não por acaso, *Uma Ponte para o Futuro*, resgata a autora (2021), foi chamado de *projeto neoliberal puro-sangue*, por abrir mão completamente da tintura social do PT. As forças tecidas, desde

2013, em torno da aliança neoliberal, de matriz ortodoxa, pretendiam dominar todo o espaço social.

Michel Temer discursou aos empresários em um encontro secreto após sua fala na Organização das Nações Unidas (ONU), em 21 de setembro de 2016, afirmando que Dilma Rousseff só tinha sido *apeada* do governo por ter recusado as propostas apresentadas a ela pelo PMDB em *Uma ponte para o futuro*<sup>4</sup>. A fala, divulgada pelo site *The Intercept Brasil*, portanto, era a alegação de um golpe de Estado. Não por acaso, as medidas que se seguiram após o golpe foram ágeis e robustas, avançando sobre o sistema de proteção ao trabalhador e sobre os investimentos sociais públicos – a segunda fase do projeto ultraliberal nacional. Em curto espaço de tempo, o PMDB poria em prática um pacto imponente pela reconfiguração do Estado em função do ajuste fiscal e das medidas pró-mercado, agouradas e expostas no Programa de 2015, que continha uma prévia da barbárie, que as instituições políticas estavam dispostas a protagonizar.

Após as eleições de 2017, sob a direção de seu “superministro da Economia” – Paulo Guedes, Jair Bolsonaro deu continuidade à agenda pró-mercado – a terceira fase do ultraliberalismo brasileiro, protagonizada pela extrema direita reacionária. Durante a pandemia, sua atuação foi peremptoriamente negligente em relação ao direito à saúde, retardando a compra de vacinas e se posicionando de forma contrária às medidas sanitárias. Atuou fortemente em benefício de bancos e empresários, promovendo a drenagem trilionária de recursos públicos, acirrando a disputa pelo fundo público, já bastante penalizado com a manutenção do pagamento de juros, amortizações e refinanciamento da dívida pública – intocáveis por todos os governos. Enquanto isso, aprofundou-se a fragmentação, o desfinanciamento e a focalização das políticas públicas, como saúde, educação e assistência social, em um processo de agudização da barbárie social.

Em síntese, ainda que não seja possível recuperar todas as medidas ultraliberaes dos referidos governos, é importante destacar que as três fases do ultraliberalismo no Brasil foram responsáveis por uma agenda draconiana de cortes sociais e austeridade fiscal, ampliando o fosso das desigualdades sociais existentes no país, no contexto da exploração do trabalho e da espoliação das rendas do trabalhador.

<sup>4</sup> Matéria em Carta Capital, disponível em <https://www.cartacapital.com.br/politica/temer-impeachment-ocorreu-porque-dilma-recusou-ponte-para-o-futuro/> Acesso em: 13 jun. de 2023. Documento *Uma ponte para o futuro*, disponível em [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod\\_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Fundac%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3359700/mod_resource/content/0/Brasil%20-%20Uma%20ponte%20para%20o%20futuro%20Fundac%C3%A7%C3%A3o%20Ulysses%20Guimar%C3%A3es.pdf) Acesso em: 13 jun. de 2023.

## A EXTREMA DIREITA REACIONÁRIA E ULTRALIBERAL

O impedimento de Dilma Rousseff, certamente, amplificou em grau e velocidade a agenda ultraliberal, que se seguiria com Michel Temer e Jair Bolsonaro. Essa agenda foi responsável por importantes ajustes econômicos, políticos e culturais, com a implantação de contrarreformas draconianas de caráter antissocial e de favorecimento direto ao capital. O congelamento dos gastos sociais, as contrarreformas sindical, trabalhista e previdenciária, bem como a criação de condições para ampliar a extração de mais-valia e o escoamento de ativos estatais para o capital, foram algumas das medidas precipitadas nessa fase.

Se Dilma Rousseff já manobrava o Estado, com a redução dos gastos estatais e o debate sobre as contrarreformas, em função dos ajustes sociais ultraliberais, qual seria o interesse do capital em sua deposição? A pergunta é necessária, afinal, o governo já avançava, desde 2014, com a redução dos gastos em políticas sociais públicas, demonstrava-se inclinado à contrarreforma previdenciária, já havia vetado a auditoria da dívida pública, em 2016, e já tinha demonstrado, desde 2013, que usaria da “violência” para conter manifestações políticas que ameaçassem o curso das decisões tomadas pelo Estado.

Em seu relatório de pós-doutoramento na Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF), sob orientação do professor Marcelo Carcanholo, Eptácio Macário (2023) chama a atenção para as particularidades brasileiras e as características da autocracia burguesa. Em sua análise, o autor (2023) problematiza a necessidade de apreensão das leis que operam a essência da evolução do capitalismo brasileiro e de sua burguesia, avessa à democratização e ao compartilhamento com os trabalhadores do usufruto do progresso econômico e social. Nessa lógica, reativa a teoria de Florestan Fernandes sobre uma burguesia em *estado político permanente de contrarrevolução*.

O olhar sobre o *velho* e o *novo* – tendo em vista a dialética presente na produção das relações sociais que envolvem *mudança na continuidade e continuidade na mudança* – é necessário para compreendermos o golpe e a agenda regressiva pós-golpe, adverte Macário (2023). Considerando que esses fatos históricos não foram gerados como *um raio em céu de brigadeiro*, o pesquisador defende que sejam analisados à luz da luta de classes, que fundamenta, quanto aos pressupostos históricos e conjunturais, as características da formação histórica do capitalismo no Brasil, na organização de classes e nos embates firmados entre capital e trabalho.

Lida-se com um imperativo cada vez maior da autocracia burguesa em afirmar seus

privilégios frente a qualquer revelia das misérias acumuladas no bojo das particularidades da formação histórica brasileira e no dinamismo do capitalismo dependente. O PT se tornou, portanto, devido aos investimentos (ainda que parcos) sociais, um inimigo, naquele momento da crise econômica, assim como as reformas do presidente João Goulart antes do golpe militar de 1964 (Macário, 2023). Mesmo que em contextos históricos distintos e com propostas de reformas qualitativamente diferentes, ambos se tornaram uma ameaça aos extratos dominantes.

Em síntese, a resposta antidemocrática articulada pela direita e pela burguesia, com o golpe de Estado aplicado contra Dilma Rousseff, consistiu na reação do capital a um de seus principais antagonismos (Macário, 2023). Esse antagonismo refere-se ao controle das forças de trabalho em qualquer situação que coloque em risco o protecionismo burguês.

No plano político, a insatisfação da população com o PT, na perspectiva do antipetismo, alimentava o projeto ultraliberal da direita e da extrema-direita. Em 2013, a popularidade de Dilma Rousseff foi fortemente afetada pelas Jornadas de Junho, que tomaram as ruas das capitais e de pequenas cidades do Brasil, em um dos maiores movimentos de rua das últimas décadas, algo certamente comparável ao movimento contra a ditadura. O Movimento Passe Livre (MPL), que surgiu após o aumento das passagens de ônibus em São Paulo, capitaneou um conjunto de forças políticas, muitas delas autônomas e contrapostas. Deriva desse momento, certamente, o crescimento midiático (redes sociais) do reacionarismo social e partidário. Isso, ainda que tenham sido legítimas as reivindicações da população por melhores condições de vida, saúde, educação, entre outras pautas de significativa relevância social.

A burguesia contrarrevolucionária, reagente ao usufruto social dos ganhos do trabalho pela classe trabalhadora (Fernandes, 2005), somava esforços na construção de consensos em torno da necessidade de austeridade no combate à crise. Em uma candidatura que, inicialmente, não representava ameaça às grandes forças políticas nacionais – PT e PSDB –, Jair Bolsonaro ascendeu meteoricamente sobre aqueles que acreditavam que o jogo eleitoral de 2018 permaneceria bipolarizado.

Como alternativa ao antipetismo e à *velha política*, sem o entrave da popularidade do candidato Luiz Inácio Lula da Silva (impedido de concorrer às eleições devido à sua prisão em 2018), Bolsonaro ascendeu nas pesquisas, defendendo justamente a estratégia ultraliberal em execução por Michel Temer, além de adotar um discurso fortemente conservador, mas, mais precisamente, anti-humanista em relação a temas culturais e aos direitos humanos. Ao assumir a presidência da República, sob mentoria do Ministro da Economia, Paulo Guedes, seu governo deu continuidade à agenda pró-mercado.

Bolsonaro estimula um misto de sensações que vão do fanatismo, por aqueles que o consideram mito, ao menosprezo de sua capacidade intelectual, por aqueles que o apelidaram de ogro, haja vista a sua clara limitação no tratamento de assuntos de maior complexidade social e econômica. De fato, uma figura caricaturesca a serviço do capital, dos interesses do mercado e subserviente aos EUA (padrão histórico de submissão do Brasil). Figuras como ele, não tão raras na história nacional, remetem à crítica do escritor Lima Barreto, que caracterizou de forma rebaixada o presidente do país fictício de “Os Bruzundangas” pelos seus vícios de caráter.

O Mandachuva, como assim era chamado o presidente de Bruzundangas, só diverge daquele que se tornaria presidente do Brasil de 2018 a 2022 pela necessidade de vir de uma casta doutoral. Mas, como também Lima Barreto admite a possibilidade, o Mandachuva pode ser aquele general mais ou menos decorativo. Entre outras características de pouco brilho, aquele “[...] cujas habilidades se resumem a contar anedotas” (Lima, 2018, p. 142). Todavia, posta de lado a ironia, é pertinente a reflexão sobre como Jair Bolsonaro ascendeu, por vias democráticas, à presidência do Brasil e o que sua meteórica popularidade representou.

Anderson (2018) destaca que os jovens de direita, com os quais Bolsonaro até então mantinha pouco contato, exerceram forte influência em seu crescimento popular na internet. Ele, ressalta o historiador (2018, p. 151), conseguiu “[...] entender o que aqueles jovens tinham alcançado e estabeleceu a sua própria operação pessoal no Rio, antes de qualquer concorrente. No fim de 2017, já deixava os oponentes muito atrás, com 7 milhões de seguidores no Facebook, duas vezes mais que o principal jornal do país”.

Quanto ao perfil caricaturesco, de mito e de ogro (e anedotas), como já expusemos, Anderson também capta a relevância de seu lado religioso, violento e, ao mesmo tempo, jocoso:

O sucesso da imagem que ele [Jair Messias Bolsonaro] projetou nas redes sociais não resultava apenas da violência de seus pronunciamentos. A imagem passada pela imprensa no exterior, de um fanatismo feroz e incansável, é enganosa. A personalidade pública de Bolsonaro é mais ambígua. Tosca e violenta, certamente, mas também com um lado juvenil e jocoso, capaz de humor grosseiro e até autodepreciativo, muito distante da atitude carrancuda de Trump, com quem [...] é frequentemente comparado. (Anderson, 2018, p. 151).

O ex-capitão do Exército Brasileiro foi sendo considerado um "mito" por um grupo expressivo de seguidores, primeiro pela narrativa construída em torno de sua figura como herói contra a corrupção; segundo, por ser visto como opositor da política tradicional, sobretudo por se expressar sem preocupação com correções políticas; e, em terceiro, pelo uso das redes sociais para criar uma mitologia em torno de si, com a disseminação de *memes* e narrativas que reforçam essa imagem. Além disso, sua trajetória como ex-militar é valorizada por aqueles atraídos pelos



temas de ordem e segurança. Ele também se apresentou como uma alternativa aparentemente viável à corrupção e ao petismo, narrativa reforçada pelo antipetismo.

Nas eleições nacionais de 2018, sob a influência da trajetória trompista (das eleições de 2016, nos EUA), Jair Bolsonaro concorreu à sombra de um longo histórico de ódio aos grupos minorizados. Desse modo, o candidato capitaneou os neoconservadores junto à população, atraiu o campo político ligado à bancada BBB no Congresso Nacional (da bala, da bíblia e do boi), bem como se alinhou ao neoliberalismo dos institutos liberais de direita (dos jovens aos mais tradicionais). As pautas anti-humanistas sobrepujaram o cenário cultural brasileiro na atmosfera das eleições de 2018, com promessas de prover uma sociedade de iguais e livre.

Em 20 de fevereiro de 2019, dois meses após ser eleito, como garantia ao mercado, o governo enviou ao Congresso a PEC 06/2020, da contrarreforma da previdência. Em seu primeiro ano como presidente, Bolsonaro editou 536 decretos. E, se comparado aos governos anteriores, o capitão reformado do exército foi o presidente que mais editou medidas provisórias. Porém, segundo o site oficial da Câmara dos Deputados, a taxa de transformação dessas medidas em lei, em 2020, não chegava a 50%<sup>5</sup>. Desse modo, o governo foi acelerando as medidas relativas às privatizações, à facilitação do acesso a armas de fogo, às ofensivas contra o meio ambiente e o trabalho.

Outras medidas ultraliberais contribuíram para o favorecimento de crimes ambientais (como ao instituir o decreto nº 9.760, de 2019, que dificultou a aplicação de multas) e para o desmonte sindical (por meio da MP nº 873, de 2019 – que, entre outras determinações, proibia a arrecadação da contribuição sindical pelos sindicatos). As instruções normativas atuaram favorecendo, direta e indiretamente, o capital, e promovendo um ataque de grandes proporções aos direitos sociais, previdenciários e trabalhistas, bem como aos direitos humanos.

A Proposta de Emenda à Constituição nº 186, de 2019, que se tornou a Emenda Constitucional nº 109, de 15 de março de 2021, foi considerada uma medida tão danosa quanto a EC 95, de 2016. Assim como esta última, seu objetivo foi impor controle sobre o crescimento das despesas obrigatórias permanentes no âmbito fiscal e da seguridade social da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal. "No caso da EC-109, é criado um critério baseado na relação entre despesas e receitas correntes" (Dieese, 2021, p. 2). A justificativa do governo federal era conter gastos devido à pandemia; entretanto, isso ocorreu às custas dos direitos

<sup>5</sup> Medidas Provisórias (MPs) são atos normativos editados pelo presidente da República com força de lei, com o objetivo de tratar de situações urgentes e relevantes que exigem uma ação imediata. Elas possuem a mesma força de uma lei ordinária e dão celeridade à gestão para atos que considera urgentes, mas precisam ser aprovadas pelo Congresso.

sociais.

Durante a pandemia de COVID-19, o Brasil registrou o segundo maior número de mortes no mundo, ficando atrás apenas dos Estados Unidos (EUA). Ao analisar a taxa de letalidade — número de mortes em relação aos casos confirmados —, o país apresentou uma situação mais grave em comparação aos EUA e à Índia. A taxa de letalidade brasileira foi de 1,87%, apesar de o país ter menos casos confirmados em relação aos norte-americanos<sup>6</sup>.

O presidente Jair Bolsonaro adotou uma postura negacionista e cética em relação aos riscos da pandemia no Brasil. Sua gestão foi marcada por sucessivas trocas de ministros da Saúde – Mandetta, Teich, Pazuello e Queiroga – com baixa capacidade de coordenação e enfrentamento à letalidade do vírus. Em diversos momentos, o presidente questionou as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS), satirizou as vítimas e a gravidade da doença, além de promover sistematicamente o boicote ao isolamento social e à vacinação.

## FUNDO PÚBLICO NO ULTRALIBERALISMO E O (DES)FINANCIAMENTO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E DE CIÊNCIA & TECNOLOGIA NO PAÍS 312

Em momentos de crise, a disputa pelo fundo público intensifica-se, envolvendo, de um lado, as lutas da classe trabalhadora e, de outro, os imperativos da valorização do capital. Reis e Macário (2018) identificam uma dupla espoliação da classe trabalhadora em relação ao fundo público, tanto na sua constituição quanto na sua destinação. Em primeiro lugar, porque nosso sistema tributário reforça e reproduz a desigualdade de renda; afinal, por se tratar de uma tributação regressiva, parte importante da arrecadação incide sobre os salários da classe trabalhadora, mediante os impostos que advêm, sobretudo, do consumo (Reis e Macário, 2018).

Conforme expõe a Auditoria Cidadã da Dívida (2024)<sup>7</sup>, quase 50% da carga tributária no Brasil é oriunda do consumo de bens e serviços, o que impacta a população de forma indistinta. No entanto, para os trabalhadores, cuja renda é inferior à das classes mais abastadas, o peso desse tipo de tributação torna-se mais significativo, aprofundando as desigualdades sociais. Nesse sentido, Reis e Macário (2018, p. 134) destacam que não “[...] é possível olvidar que o sistema tributário brasileiro constitui mecanismo sofisticado de espoliação dos estratos da população com renda mais baixa para garantir o patrimônio e a

<sup>6</sup> Disponível em: <https://ourworldindata.org/coronavirus> Acesso em 30 set. 2024.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/qual-reforma-tributaria-queremos-por-maria-lucia-fattorelli/> Acesso em: 19 set. 2024.

riqueza dos mais ricos, bem como para a engorda dos capitais dos credores da dívida pública”.

Já a segunda situação de espoliação trata-se justamente da drenagem desse recurso (do fundo público) para o pagamento da dívida pública, em detrimento dos investimentos em políticas de proteção social voltadas aos trabalhadores. Reis e Macário (2022) destacam que, entre 2003 e 2020, o Governo Federal direcionou R\$ 9,497 trilhões ao pagamento de juros, encargos e amortização da dívida pública (excluindo o refinanciamento) — valor 12 vezes superior ao investido em universidades federais e 55 vezes maior do que o destinado à ciência e tecnologia. No período, o montante alocado ao capital financeiro correspondeu, em média, a 18,86% do orçamento federal, conforme apontam os pesquisadores.

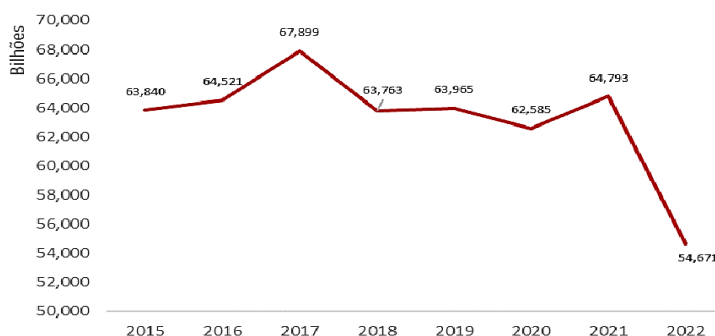
Diante da crise, observa-se a manutenção da destinação dos recursos do fundo público em favor do capital. Nesse contexto, Paulo Guedes, Ministro da Economia no governo Bolsonaro, afirmava de forma clara e direta que o país enfrentava uma grande depressão que deveria ser custeada pelo Estado (isto é, pelo fundo público), ao mesmo tempo em que se manteria inalterada a priorização de recursos para o pagamento da dívida pública. Trata-se de uma dívida que, conforme denuncia a Auditoria Cidadã da Dívida, cresce continuamente à medida que são realizados pagamentos cada vez maiores de juros e amortizações.

313

Sobre o tema, Boschetti e Behring (2021) destacam os altos investimentos realizados pelo governo em benefício de bancos e empresários. As autoras relembram a aprovação do “orçamento de guerra” (EC nº 106/2020), que, embora justificasse um regime fiscal extraordinário para o enfrentamento da calamidade decorrente da pandemia, resultou, na prática, em um desvio de cerca de R\$ 1 trilhão para favorecer o setor financeiro.

Os governos, seguindo a estratégia ultraliberal, praticaram austeridade fiscal ostensiva contra os serviços públicos essenciais destinados à população, como é possível verificar no gráfico abaixo, em relação às despesas globais da União com universidades:

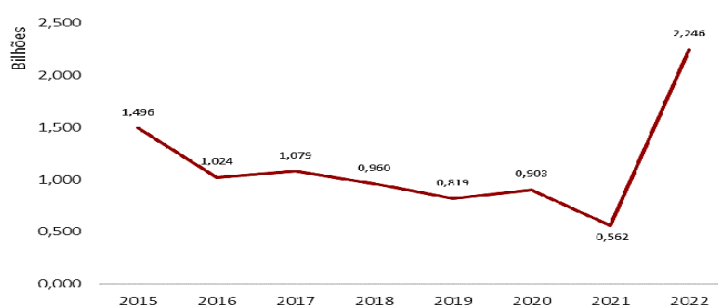
Gráfico 1 – Despesas Globais da União com Universidades



Fonte: Reis, Luiz Fernando (2023)

Os investimentos destinados às universidades federais apresentaram uma tendência de desfinanciamento, com perdas globais de -14,36% entre 2015 e 2022; -19,48% entre 2017 e 2022; e -15,62% entre 2021 e 2022, conforme apontam os dados apresentados por Reis (2023). Contudo, entre 2016 e 2017, houve um leve crescimento nos investimentos, que passaram de 64,52 bilhões de reais para 67,89 bilhões, seguido por uma dramática retração no setor. No gráfico abaixo, é possível observar esse processo de desfinanciamento também em relação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Ciência e Tecnologia (FNCT):

Gráfico 2 – Despesas da União com o FNCT (2015 a 2022)



Fonte: Reis, Luiz Fernando (2023)

Na função Ciência e Tecnologia (C&T), vale destacar que ocorreu um acentuado processo de desfinanciamento. Entre 2015 e 2022, conforme levantado por Reis (2023), os investimentos em C&T passaram de 2,28 bilhões para 1,091 bilhão de reais, resultando em um desfinanciamento expressivo de 52,16%. Essa redução prejudicou todas as ações da pasta, impactando fortemente as agências de fomento à pesquisa. No caso da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), cuja missão é consolidar e expandir as pós-graduações no país, os investimentos foram reduzidos em 72,93%, declinando de 11,54 bilhões de reais em 2015 para 3,12 bilhões em 2021 (Reis, 2023).

O fundo, de objetivo financeiro e contábil, tem como finalidade alocar recursos para o desenvolvimento da inovação científica e tecnológica nacional. Durante o governo de extrema-direita de Jair Bolsonaro, foi realizado o bloqueio de 35 bilhões de reais na conta do FNDCT, de um total de 64 bilhões arrecadados. Em janeiro de 2021, o Congresso aprovou a Lei Complementar 177/2021, proibindo esse tipo de bloqueio. No entanto, em março do mesmo ano, foi aprovada a Emenda Constitucional 109, que validou a utilização do saldo de fundos públicos para a amortização da dívida pública.

Apesar da narrativa de que o objetivo era recuperar as taxas de lucro do capital por meio de medidas anticíclicas – no caso, ortodoxas e de aprofundamento ultraliberal –, os

governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, assim como o Ministério da Economia sob a liderança de Paulo Guedes, não alcançaram resultados sustentáveis para o capital. Após a implementação de políticas que enfraqueceram os direitos dos trabalhadores, observou-se apenas uma recuperação limitada dos índices econômicos do país. No entanto, os efeitos dessas medidas foram dramaticamente desastrosos, contribuindo para o aprofundamento das desigualdades sociais e da concentração de renda no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ultraliberalismo tem se consolidado como uma estratégia de gestão econômica fundamentada no aprofundamento da espoliação das rendas do trabalho, na mercantilização de serviços sociais essenciais, nas privatizações de estatais estratégicas, na liberalização econômica desenfreada, na adoção de políticas de austeridade fiscal, na desnacionalização de setores produtivos e na drenagem sistemática do fundo público em benefício do capital. Essas práticas, articuladas de forma a atender à lógica de reprodução do capital, buscam simultaneamente restaurar seu equilíbrio dinâmico e garantir a perpetuação dos privilégios das elites econômicas.

315

As três fases do ultraliberalismo no Brasil — no final do primeiro mandato de Dilma Rousseff (esquerda), durante o governo de Michel Temer (direita) e no governo de Jair Bolsonaro (extrema-direita reacionária) — não foram capazes de recuperar, a curto ou médio prazo, as taxas de lucratividade do capital em crise. Em vez disso, essas fases colocaram em prática uma agenda marcada por cortes sociais draconianos e austeridade fiscal, ampliando as desigualdades sociais preexistentes. Esse processo aprofundou a exploração do trabalho, a espoliação das rendas dos trabalhadores e a degradação de suas condições de vida, por meio de ataques aos salários e aos direitos (sociais e humanos).

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte (1964-2019)**. São Paulo: Boitempo, 2020.

BEHRING, Elaine Rosseti. **Fundo público, valor e política social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BIANCHETTI, Roberto G. **Modelo Neoliberal e Políticas Educacionais**. São Paulo: Cortez, 1996.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A Nova Razão do Mundo: Ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

FILHO, Alfredo Saad; MORAIS, Lecio. **Brasil: Neoliberalismo versus Democracia**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 13	n. 35	Setembro - Dezembro 2024	p. 295 - 316
--------------------------	--------	-------	--------------------------	--------------

- HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2014.
- HAYEK, Friedrich A. **O caminho da servidão**. 2. ed. Tradução de Jaimir Conte. São Paulo: Instituto Liberal, 1990.
- KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução de Célia Neves e Alderico Toríbio. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- MACÁRIO, Epitácio. **Particularidade brasileira: dependência e autocracia burguesa**. (Ainda não publicado). In: **Relatório de Conclusão de Pós-doutoramento**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2023.
- MARX, Karl. **O capital – crítica da economia política. Livro primeiro, v. I**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- MEDEIROS, Richelly Barbosa de. **Dimensões da crise brasileira e ultraliberalismo no Brasil (2014-2022)**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, no prelo. 223 p., 2024.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.
- PMDB. **Uma ponte para o futuro**. Brasília: Fundação Ulysses Guimarães, 2015a. Disponível em: [Brasil - Uma ponte para o futuro Fundação Ulysses Guimarães.pdf \(usp.br\)](#). Acesso em: 12 set. 2016.
- REIS, Luiz Fernando; MACÁRIO, Epitácio. **Fundo Público em Disputa: Gastos Orçamentários do Governo Central com a Dívida Pública, as Universidades Federais e a Ciência e Tecnologia no Brasil (2003-2020)**. In: Revista AAPE EPAA (Dossiê Especial Educação Superior na América Latina em Tempos de Crise), 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8404442>. Acesso em: 11 set. 2024.
- REIS, Luiz Fernando. Participação no vídeo: **Ultraliberalismo no Brasil: contexto e impacto**. TV ABEPSS, 2023. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=K2MoGOreMlo&t=254s>. Acesso em: 26 nov. 2024.
- SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- TONELO, Iuri. **No entanto, ela se move: a crise de 2008 e a nova dinâmica do capitalismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.